

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Concurso Público para provimento de cargos de Agente Administrativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Hábitos saudáveis ajudam a melhorar a qualidade de vida.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

Desde aquela história de Jó contada no Antigo Testamento, Deus e o Diabo não apostavam sobre os seres humanos, com o que a eternidade já estava ficando meio monótona. O Maligno resolveu, então, provocar o Senhor: que tal uma nova aposta? Deus, na sua infinita paciência, topou.

Dessa vez, contudo, o Diabo estava decidido a não perder. Para começar, escolheu cuidadosamente o lugar onde procuraria sua vítima: um país chamado Brasil no qual, segundo seus assessores ministeriais, a diferença entre pobres e ricos chegava ao nível da obscenidade. Os mesmos assessores tinham sugerido que se concentrasse em aposentados, pessoas que sabidamente ganham pouco.

O Diabo pôs-se em ação. Foi-lhe fácil induzir um erro no sistema de pagamento de aposentadorias, com o qual um aposentado recebeu, de uma só vez, mais de R\$ 6 milhões. E aí tanto o céu como o inferno pararam: anjos, santos e demônios, todos queriam ver o que o homem faria com o dinheiro. O Diabo, naturalmente, esperava que ele se entregasse a uma vida de deboches: festas espantosas, passeios em iates luxuosos, rios de champanhe fluindo diariamente.

Não foi nada disto que aconteceu. Ao constatar a existência do depósito milionário, o aposentado simplesmente devolveu o dinheiro. Eu não conseguiria dormir, disse, à guisa de explicação.

O Diabo ficou indignado com o que lhe parecia uma extrema burrice. Mas então teve a ideia de verificar o quanto o homem recebia de aposentadoria por mês: menos de R\$ 600. Deu-se conta então de seu erro: a desproporção entre a quantia e os R\$ 6 milhões da tentação tinha sido grande demais.

Mas o Diabo aprendeu a lição. Pretende desafiar de novo o Senhor. Desta vez, porém, escolherá um milionário, alguém familiarizado com o excesso de grana. Ou então um pobre. Mas neste acaso fornecerá, além de muito dinheiro, um frasco de pílulas para dormir. A insônia dos justos tira o sono de qualquer diabo.

(SCLIAR, Moacyr. **O imaginário cotidiano**. São Paulo: Global, 2002, p. 71-72)

1. Na crônica, o Diabo
 - (A) mostra-se indignado com o valor da aposentadoria recebida pelo aposentado.
 - (B) desconfia da justificativa apresentada pelo aposentado para a devolução do dinheiro.
 - (C) acredita que tenha havido interferência divina na decisão do aposentado em devolver o dinheiro.
 - (D) suspeita que o aposentado não está em plena posse de suas faculdades mentais.
 - (E) atribui a perda da aposta à diferença entre o valor da aposentadoria e o do depósito milionário.

2. A hipérbole consiste no exagero da expressão de uma ideia (por exemplo: morrer de medo, estourar de rir etc.). Ocorre hipérbole no seguinte trecho:
 - (A) *O Diabo ficou indignado com o que lhe parecia uma extrema burrice* (5º parágrafo)
 - (B) *Ao constatar a existência do depósito milionário* (4º parágrafo)
 - (C) *festas espantosas, passeios em iates luxuosos, rios de champanhe fluindo diariamente* (3º parágrafo)
 - (D) *a desproporção entre a quantia e os R\$ 6 milhões da tentação tinha sido grande demais*. (5º parágrafo)
 - (E) *Desta vez, porém, escolherá um milionário, alguém familiarizado com o excesso de grana* (6º parágrafo)

3. Em *Os mesmos assessores tinham sugerido que se concentrasse em aposentados, pessoas que sabidamente ganham pouco* (2º parágrafo), o pronome sublinhado refere-se a
 - (A) aposentados.
 - (B) Deus.
 - (C) vítima.
 - (D) assessores.
 - (E) Diabo.

4. Ao ser transposto para o discurso indireto, o trecho *Eu não conseguiria dormir, disse* [o aposentado] (4º parágrafo) assume a seguinte redação:
 - (A) O aposentado disse que ele não conseguiria dormir.
 - (B) Disse o aposentado: – Eu não conseguiria dormir.
 - (C) Disse-me o aposentado que ele não conseguia dormir.
 - (D) O aposentado disse-me: – Eu não conseguia dormir.
 - (E) O aposentado disse que ele não conseguira dormir.



5. Ao constatar a existência do depósito milionário, o aposentado simplesmente devolveu o dinheiro. (4º parágrafo)

O trecho destacado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido da frase, por:

- (A) Ainda que constatasse
- (B) Assim que constatou
- (C) À medida que constatou
- (D) Antes que constatasse
- (E) Assim como constatou

6. Em *Foi-lhe fácil induzir um erro no sistema de pagamento de aposentadorias* (3º parágrafo), a expressão sublinhada exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:

- (A) *O Diabo, naturalmente, esperava que ele se entregasse a uma vida de deboches* (3º parágrafo)
- (B) *O Diabo ficou indignado com o que lhe parecia uma extrema burrice*. (5º parágrafo)
- (C) *Os mesmos assessores tinham sugerido que se concentrasse em aposentados* (2º parágrafo)
- (D) *Dessa vez, contudo, o Diabo estava decidido a não perder.* (2º parágrafo)
- (E) *Desde aquela história de Jó contada no Antigo Testamento, Deus e o Diabo não apostavam sobre os seres humanos* (1º parágrafo)

Atenção: Leia o poema para responder às questões de 07 a 11.

*Ela canta, pobre ceifeira,
Julgando-se feliz talvez;
Canta, e ceifa, e a sua voz, cheia
De alegre e anônima viuvez,*

*Ondula como um canto de ave
No ar limpo como um limiar,
E há curvas no enredo suave
Do som que ela tem a cantar.*

*Ouvi-la alegre e entristece,
Na sua voz há o campo e a lida,
E canta como se tivesse
Mais razões p'ra cantar que a vida.*

*Ah, canta, canta sem razão!
O que em mim sente 'stá pensando.
Derrama no meu coração
A tua incerta voz ondeando!*

*Ah, poder ser tu, sendo eu!
Ter a tua alegre inconsciência,
E a consciência disso! Ó céu!
Ó campo! Ó canção! A ciência*

*Pesa tanto e a vida é tão breve!
Entra por mim dentro! Tornai
Minha alma a vossa sombra leve!
Depois, levando-me, passai!*

(PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 144)

7. O poeta

- (A) considera a ciência um incômodo.
- (B) anseia por completa inconsciência.
- (C) considera a vida uma ilusão.
- (D) almeja uma paixão arrebatadora.
- (E) anseia por uma vida movimentada.



8. O poeta recorre a uma formulação paradoxal em:
- (A) *Mais razões p'ra cantar que a vida.* (3ª estrofe)
 - (B) *Do som que ela tem a cantar.* (2ª estrofe)
 - (C) *Ouvi-la alegre e entristece.* (3ª estrofe)
 - (D) *A tua incerta voz ondeando!* (4ª estrofe)
 - (E) *Pesa tanto e a vida é tão breve!* (6ª estrofe)
-
9. A ordem expressa em *Entraí por mim dentro!* (6ª estrofe) é dirigida
- (A) à alma e à sombra.
 - (B) ao campo, à canção e à ciência.
 - (C) à ciência e à vida.
 - (D) à inconsciência e à consciência.
 - (E) ao céu, ao campo e à canção.
-
10. Observa-se a ocorrência de palavras de classes gramaticais diferentes em
- (A) *inconsciência / ciência* (5ª estrofe).
 - (B) *lida / vida* (3ª estrofe).
 - (C) *breve / leve* (6ª estrofe).
 - (D) *talvez / viuvez* (1ª estrofe).
 - (E) *tornai / passai* (6ª estrofe).
-
11. O pleonasma é definido como a redundância de termos no âmbito das palavras, mas de emprego legítimo em certos casos, pois confere maior vigor ao que está sendo expresso. Verifica-se a ocorrência de pleonasma no seguinte verso:
- (A) *Minha alma a vossa sombra leve!* (6ª estrofe)
 - (B) *O que em mim sente 'stá pensando.* (4ª estrofe)
 - (C) *Ah, poder ser tu, sendo eu!* (5ª estrofe)
 - (D) *Ter a tua alegre inconsciência,* (5ª estrofe)
 - (E) *Entraí por mim dentro! Tornai* (6ª estrofe)
-

Atenção: Leia o texto para responder às questões de números 12 a 14.

Na história da humanidade, jamais se viveu um período de tão radical metamorfose, especialmente no campo das concretudes, materializadas sobretudo no cenário das máquinas. Em velocidade vertiginosa, o mundo se reorganiza a partir da revolução científica e tecnológica permanente, cuja influência se estende da biologia à engenharia da comunicação. Criam-se, assim, diariamente, novas categorias para as coisas e para os fabulosos eventos a elas relacionados. Trata-se de um momento de deslumbramento, mas também de dura incerteza.

Se resiste I ilusão de que II felicidade vem III reboque dessas transformações, também é fato que os homens frequentemente se desanimam com as próprias invenções.

(Adaptado de: MIRANDA, Danilo Santos de. "Mutações: caminhos sinuosos e inquietações na busca do futuro". In: Adauto Novaes (org.). **Mutações**. São Paulo: Edições SESC SP, 2008)

12. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas **I**, **II** e **III** do segundo parágrafo devem ser preenchidas, respectivamente, por:
- (A) à – à – à.
 - (B) à – a – a.
 - (C) a – a – a.
 - (D) a – a – à.
 - (E) à – a – à.
-



13. *Criam-se, assim, diariamente, novas categorias para as coisas* (1º parágrafo)
- Uma redação alternativa para o trecho acima, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, está em:
- (A) Assim, novas categorias para as coisas são criadas diariamente.
 - (B) Assim, novas categorias para as coisas foram criadas diariamente.
 - (C) Diariamente, assim, seriam criadas novas categorias para as coisas.
 - (D) Diariamente, novas categorias para as coisas tinham, assim, sido criadas.
 - (E) Assim, teriam sido criadas diariamente novas categorias para as coisas.
-
14. Em *Trata-se de um momento de deslumbramento, mas também de dura incerteza*. (1º parágrafo), a expressão destacada apresenta valor
- (A) aditivo.
 - (B) adversativo.
 - (C) conclusivo.
 - (D) explicativo.
 - (E) comparativo.

Noções de Legislação

15. A respeito dos Princípios Fundamentais da Constituição do Estado do Ceará, é correto afirmar que
- (A) são Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
 - (B) o povo é a fonte única de legitimidade do poder, e o exerce unicamente por meio de seus representantes eleitos, na forma estabelecida na Constituição da República e na Constituição do Estado do Ceará.
 - (C) o Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa e pelo Senado Estadual.
 - (D) o território cearense, para os fins das políticas governamentais de estímulo e desenvolvimento, será constituído por conformações regionais resultantes da aglutinação de municípios limítrofes, com base nas suas peculiaridades fisiográficas, socioambientais, socioespaciais, socioeconômicas e socioculturais para fins de planejamento e gestão das ações do governo.
 - (E) com o objetivo de buscar o desenvolvimento e integração regional sustentável, o crescimento econômico com distribuição de renda e riqueza e a conquista de uma sociedade justa e solidária, poderão ser criadas as seguintes conformações regionais: as regiões metropolitanas, as microrregiões e as conurbações urbanas.
-
16. Nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, é causa de vacância de cargo público
- (A) a nomeação.
 - (B) a transferência.
 - (C) a reintegração.
 - (D) o aproveitamento.
 - (E) a recondução.
-
17. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, compete privativamente à Câmara Municipal
- (A) julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal.
 - (B) prover os serviços e obras da administração pública.
 - (C) elaborar seu regimento interno, com a sanção do Prefeito.
 - (D) decretar a intervenção em empresas concessionárias de serviço público.
 - (E) criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado em prazo certo, mediante requerimento de um quinto de seus membros.



18. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, em relação à Mesa Diretora, é correto afirmar que
- (A) a Mesa Diretora é composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um segundo Vice-Presidente, um terceiro Vice-Presidente, um Primeiro-Secretário, um Segundo-Secretário, um Terceiro-Secretário, um Corregedor-Geral, além de 1º, 2º e 3º suplentes.
 - (B) compete à Mesa apresentar projetos de lei, dispondo sobre abertura de gastos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara.
 - (C) no caso de vaga em todos os cargos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais votado no último pleito, até a eleição, que se realizará dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.
 - (D) nos projetos de lei de competência da Mesa, não serão admitidas em qualquer hipótese emendas que aumentem a despesa.
 - (E) a Mesa Diretora é a representante legal da Câmara, quando esta tiver de se pronunciar coletivamente.

19. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, a respeito do processo legislativo, é correto afirmar que
- (A) as leis complementares serão aprovadas por maioria simples, observado o mesmo rito de votação das leis ordinárias.
 - (B) se o Prefeito considerar o projeto de lei aprovado pela Câmara, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento.
 - (C) a Lei Orgânica da Guarda Municipal deve ter a forma de lei complementar.
 - (D) a iniciativa popular para apresentação de projetos de lei, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, será tomada por 10% (dez por cento) do eleitorado do Município.
 - (E) uma vez que não haja a espécie normativa das medidas provisórias no âmbito do Município de Fortaleza, o Prefeito não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

Fundamentos e Teoria Geral do Direito

20. Considere os textos abaixo:
- I. *Há casos em que nos sentimos determinados a agir segundo valores que se põem além do plano de nossa existência, não se proporcionando à dos outros homens, nem tampouco à da totalidade dos homens e à sua história. Tais valores não se referem também à sociedade tomada como um todo distinto de seus elementos componentes ou à síntese das aspirações humanas.*
 - II. *Praticamos determinado ato e sentimos que é reflexo ou expressão de nossa personalidade, e que, por conseguinte, o motivo de nosso agir é um motivo que se põe radicalmente em nós. A instância última do agir é o homem na sua subjetividade consciente.*
 - III. *[...] não se polariza em um sujeito ou no outro sujeito, mas é transubjetiva. [...] apresenta sempre a característica de unir duas pessoas entre si, em razão de algo que atribui às duas certo comportamento e certas exigibilidades. O enlace objetivo de conduta que constitui e delimita exigibilidades entre dois ou mais sujeitos, ambos integrados por algo que os supera, é o que chamamos de bilateralidade atributiva.*

(REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 2018, p. 383, 385 e 392)

Os textos transcritos em cada um dos itens correspondem a, respectivamente, condutas de natureza

	I	II	III
A	jurídica	moral	religiosa
B	moral	religiosa	jurídica
C	moral	jurídica	religiosa
D	religiosa	moral	jurídica
E	religiosa	jurídica	moral



21. *Para Hobbes, a mais alta expressão da justiça está no cumprimento das determinações do soberano, na medida em que os homens alienaram seus interesses pessoais àquele que lhe dá em troca a segurança e a paz. Mas ao mesmo tempo essa submissão ao poder estatal não nega o fato de que haja uma lei da natureza, que se expressa pela razão, e que, justamente pelas insuficiências dos homens em concretizá-la em estado de natureza, é suplantada pela lei civil do soberano. [...] O direito do homem à sua preservação resulta da razão mas, além disso, é uma condição humana concreta. Por direito natural, os homens podem se defender, mas, mesmo que não lhes fosse permitido, fariam-no do mesmo modo. [...] Por isso, a lei fundamental da natureza, que manda buscar e seguir a paz, é imediatamente acompanhada por um direito natural fundamental, procurar todos os meios de defesa própria em caso de ausência de paz.*

(MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2018, p. 167 e 169)

De acordo com as ideias expostas acima e em consonância com o pensamento de Thomas Hobbes,

- (A) o estado de natureza representa o governo do soberano e a organização jurídica da sociedade civil.
(B) estado de natureza e poder soberano são exatamente iguais.
(C) o Estado fundamenta-se na razão e no poder soberano.
(D) a sociedade civil está totalmente desvinculada do direito natural e do Estado.
(E) estado de natureza, direito natural e sociedade civil são conceitos idênticos.
-
22. *Com efeito a lei positiva, ao conferir a uma justiça essencialmente flexível a forma de uma regra rígida, afastou-se necessariamente de seu modelo original. Pode-se compará-la ao metro de metal rígido que não consegue medir de maneira exata os contornos de um objeto sinuoso. Portanto, o juiz estará autorizado a tomar, por vezes, liberdades em relação ao texto de lei; adaptá-lo às circunstâncias, a levar em conta condições próprias a cada causa em particular: por exemplo, em matéria penal, a idade do acusado, a sua situação social, seu passado, suas intenções etc.*

(VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 62 e 63)

O texto acima introduz o conceito de:

- (A) democracia em Habermas.
(B) legalidade em Hans Kelsen.
(C) microfísica do poder em Michel Foucault.
(D) soberania em Thomas Hobbes.
(E) equidade em Aristóteles.
-
23. *O raciocínio aristotélico remete a uma interpretação nova da ideia de natureza: se a natureza física é a mesma em todos os lugares ("O fogo queima tão bem aqui quanto entre os Persas"), a natureza humana é variável e sujeita a uma indeterminação essencial. A esse respeito, a "conformidade com a natureza" não se pode pensar em termos de universalidade, mas antes de variabilidade. Em suma, o direito natural não deve ser compreendido como uma "universalidade separada", sobre o modo platônico de uma supernatureza, mas antes como aquilo que acompanha a variabilidade do humano.*

(BILLIER, Jean-Cassien; MARYIOLI, Aglaé. **História da Filosofia do Direito**. São Paulo: Manole, 2005, pp. 82-83)

Com base no texto acima,

- (A) para Aristóteles a lei positiva (norma jurídica) é invariável, mas o direito natural é variável.
(B) Aristóteles compreende o direito natural e a justiça a partir de uma ideia de equidade, segundo a qual não deve existir um ideal absoluto em desconformidade com as situações concretas.
(C) em Aristóteles não existe diferença entre Justiça distributiva e Justiça comutativa.
(D) embora a natureza humana seja variável, o direito positivo não o é.
(E) para a filosofia do direito, o pensamento de Aristóteles aproxima-se de Platão pelo conceito de supernatureza.
-
24. Sendo que a Justiça distributiva pressupõe o meio-termo entre duas pessoas e duas coisas, significando a distribuição de honorárias, bens e cargos de acordo com o mérito, e a Justiça comutativa se traduz em uma justiça corretiva, que objetiva reparar um dano ao aplicar uma justa medida de correção, valendo-se de uma aritmética, considere os itens abaixo.
- I. A Justiça distributiva, tendo a característica de atender ao mérito, pode ser compreendida como uma Justiça voltada para a distribuição social de bens, a ser prestada pelo Estado.
- II. A Justiça comutativa é habitualmente identificada na relação entre as pessoas na vida privada.
- III. A Justiça distributiva pressupõe uma igualdade de tratamento, ou seja, quando da aferição do mérito na distribuição de bens, honorárias e cargos, devem-se considerar pessoas que se encontram no mesmo patamar de condições de vida.

Está correto o que consta de

- (A) II apenas.
(B) I e II apenas.
(C) I apenas.
(D) I, II e III.
(E) I e III apenas.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

25. Em um teatro com 200 lugares, houve quatro apresentações de uma peça. Na primeira apresentação foram vendidos todos os ingressos; na segunda apresentação foram vendidos 88% dos ingressos; na terceira, 56% dos ingressos e, na quarta, 44% dos ingressos. Em média, a quantidade de ingressos vendidos por apresentação foi de
- (A) 72
(B) 144
(C) 56
(D) 76
(E) 140
-
26. O valor da expressão $\left(1 - \frac{1}{2}\right)\left(1 - \frac{1}{3}\right) \dots \left(1 - \frac{1}{2019}\right)$ é
- (A) $\frac{2}{1009}$
(B) $\frac{1}{1008}$
(C) $\frac{2}{2018}$
(D) $\frac{1}{2019}$
(E) $\frac{2}{2019}$
-
27. Se x e y são inteiros positivos que satisfazem $7^{x+1} + 7^x = 8^{y+2} - 15 \cdot 8^y$, então $x + y$ é igual a
- (A) 1
(B) 2
(C) 3
(D) 4
(E) 5
-
28. Uma empresa de entregas conta com 44 motoristas, que dirigem apenas caminhão, apenas moto ou ambos. Se 23 deles dirigem caminhão e 27, moto, o número de motoristas que dirigem apenas caminhão é
- (A) 17
(B) 16
(C) 15
(D) 14
(E) 18
-
29. O médico orientou o enfermeiro a administrar ao paciente 270 mL de soro ao longo de 3 horas em ritmo constante. Sabendo que 1 mL de soro contém 20 gotas, o ritmo de administração deve ser regulado em
- (A) 18 gotas por minuto.
(B) 24 gotas por minuto.
(C) 27 gotas por minuto.
(D) 16 gotas por minuto.
(E) 30 gotas por minuto.
-
30. Sempre que, em um dia, há aula de Matemática e de Física, mas não há aula de Português, Anita leva sua calculadora de casa para a escola. Se hoje Anita não levou sua calculadora de casa para a escola, então, certamente, hoje
- (A) não houve aula de Matemática, nem de Física, mas houve de Português.
(B) não houve aula de Matemática, ou não houve aula de Física, ou houve aula de Português.
(C) não houve aula de Matemática, nem de Física, nem de Português.
(D) houve aula de Matemática e de Física, mas não houve aula de Português.
(E) não houve aula de Matemática, ou não houve aula de Física, ou não houve aula de Português.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

31. Gustavo, superior hierárquico de Estêvão, verificou que o subordinado não estava conseguindo concluir a elaboração de um complexo e importante parecer técnico em um processo administrativo. Preocupado, Gustavo determinou a Estêvão que lhe encaminhasse os autos do processo administrativo, pois ele próprio se encarregaria de elaborar o parecer. Posteriormente, justificou no processo administrativo a decisão de assumir a tarefa. No relato supra, a decisão adotada por Gustavo consiste em ato de
- (A) revogação.
 - (B) ratificação.
 - (C) avocação.
 - (D) delegação.
 - (E) encampação.
-
32. O Estado X pretende criar uma entidade da Administração Indireta, para desempenho de funções tipicamente estatais. Sabe-se que a existência legal da referida entidade não depende de inscrição de seus atos constitutivos no registro civil de pessoas jurídicas ou na junta comercial. Diante de tais características, tal entidade é uma
- (A) empresa pública.
 - (B) autarquia.
 - (C) sociedade de economia mista.
 - (D) fundação de direito privado.
 - (E) empresa privada paraestatal.
-
33. A Constituição Federal atribui ao Chefe do Poder Executivo o poder de editar normas complementares à lei, "para sua fiel execução". Trata-se do poder
- (A) regulamentar, que é exercido por meio da edição de decretos e regulamentos.
 - (B) disciplinar, que é exercido por meio da edição de resoluções.
 - (C) complementar, que é exercido por meio da edição de decretos.
 - (D) normativo autônomo, que é exercido por meio da edição de medidas provisórias.
 - (E) normativo impróprio, que é exercido por meio de leis delegadas.
-
34. A Constituição Federal de 1988 estabelece algumas diferenciações de tratamento entre o servidor titular de cargo efetivo e o servidor ocupante de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, sendo um aspecto em que ocorre esse tratamento diferenciado
- (A) a submissão ao teto remuneratório.
 - (B) a possibilidade de exercício do direito de greve.
 - (C) a irredutibilidade dos vencimentos.
 - (D) a possibilidade de associação sindical.
 - (E) o regime previdenciário.
-
35. Em processo administrativo disciplinar, a Comissão processante tomou o depoimento de determinada testemunha, porém esqueceu-se de fazê-la assinar o termo lavrado à ocasião. Tal ato administrativo apresenta vício do elemento
- (A) sujeito, o que impede sua convalidação.
 - (B) motivo, o que torna possível sua convalidação.
 - (C) forma, o que torna possível sua convalidação.
 - (D) finalidade, o que torna possível sua convalidação.
 - (E) objeto, o que torna impossível sua convalidação.
-
36. O dirigente máximo de autarquia estadual de proteção ambiental decide interditar uma indústria, sendo a única autoridade no âmbito da autarquia que possui competência para a prática deste ato. Sabe-se que a autarquia atua sob supervisão do Secretário Estadual do Meio Ambiente. Diante dessa decisão, a indústria sancionada pode interpor, na esfera administrativa,
- (A) recurso hierárquico impróprio, que será apreciado pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente, independentemente de previsão legal.
 - (B) recurso hierárquico próprio, que será apreciado pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente, desde que haja previsão legal.
 - (C) pedido de reconsideração, que será apreciado pelo dirigente autárquico, *ad referendum* do Secretário Estadual do Meio Ambiente.
 - (D) recurso hierárquico impróprio, que será apreciado pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente, desde que haja previsão legal.
 - (E) pedido de revisão, que será apreciado diretamente pelo Governador, independente de previsão legal.



37. Em um processo disciplinar, a Comissão Processante designada para apurar o ilícito cometido pelo servidor público conclui seu relatório apontando a existência de culpa do acusado e recomendando a pena de demissão. Submetidos os autos do processo à autoridade competente para aplicação da penalidade, tal autoridade
- (A) deverá aplicar a pena de demissão, pois o relatório tem caráter vinculante.
 - (B) poderá mitigar a pena proposta, independentemente de motivação, em vista do caráter discricionário da decisão.
 - (C) não poderá mitigar a pena proposta, mas poderá agravá-la, em vista da indisponibilidade do interesse público.
 - (D) não poderá agravar a pena proposta, mas poderá mitigá-la, em vista do princípio *"in dubio pro reo"*.
 - (E) poderá absolver o servidor, mitigar ou agravar a pena proposta, desde que, embasado em elementos do processo, fundamente a decisão.
-
38. Em ato administrativo de nomeação para cargo público, devidamente publicado em Diário Oficial, constatou-se que o nome do destinatário do ato de provimento saiu grafado incorretamente. Diante de tal situação e sabendo-se que não há outros vícios no ato administrativo, a Administração deverá promover sua
- (A) anulação.
 - (B) convalidação.
 - (C) conversão.
 - (D) revogação.
 - (E) cassação.
-
39. José é servidor municipal e foi encarregado de supervisionar um concurso público para cargo de oficial administrativo. Atendendo a pedido de um compadre, que desejava ver o filho no cargo, José vazou o gabarito da prova para o afilhado. Descoberta a fraude, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade contra o servidor. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, José cometeu ato de improbidade administrativa
- (A) importando enriquecimento ilícito, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
 - (B) que atenta contra os princípios da Administração pública, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
 - (C) que importa em ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.
 - (D) que causa lesão ao erário, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.
 - (E) que importa em desvio de finalidade, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
-
40. Uma viatura policial do Estado, em perseguição a um criminoso, atropelou um pedestre que se encontrava na calçada. Nesse caso, acerca do regime de responsabilidade do Estado, aplica-se a responsabilidade
- (A) objetiva, sujeita a pretensão de reparação à prescrição quinquenal.
 - (B) subjetiva, sendo a pretensão de reparação de natureza imprescritível.
 - (C) subsidiária, sujeita a pretensão de reparação à prescrição decenal.
 - (D) objetiva, sujeita a pretensão de reparação à prescrição trienal.
 - (E) integral, sujeita a pretensão de reparação à prescrição vintenária.
-
41. Na rede de saúde pública municipal, percebe-se que a quantidade de uso de um medicamento antigripal varia muito ao longo do ano, sendo que há também sensíveis variações da demanda a cada ano, tendo em vista a sazonalidade da moléstia e a variedade dos tipos de vírus. Sabe-se que também não é conveniente manter o remédio no estoque por mais de seis meses, visto que se trata de componente sensível, que pode se estragar facilmente. Diante da situação relatada, para a aquisição de tal medicamento, visando o atendimento da rede durante o período de um ano, recomenda-se
- (A) concorrência, pois é a modalidade licitatória destinada a favorecer a competitividade entre os licitantes, devendo ser estipulado no edital, como critério para seleção da proposta mais vantajosa, o percentual de variação da aquisição mensal do medicamento.
 - (B) contratação direta do fornecedor, promovendo-se o fracionamento da compra em tantas parcelas quantas forem necessárias ao longo do ano, desde que não superem o limite de dispensa de licitação.
 - (C) realização de concurso, modalidade licitatória que permite a seleção de fornecedores, mas que não obriga à realização da contratação, que será realizada de forma discricionária pela Administração, conforme sua necessidade.
 - (D) pregão, visto que se trata de modalidade licitatória destinada a selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento de bens e serviços considerados comuns, sendo que deve ser estipulado no edital que a entrega será parcelada conforme a necessidade da administração, não havendo garantia de aquisição mínima dos produtos.
 - (E) utilização do sistema de registro de preços, visto que permite a aquisição de forma eventual, conforme a necessidade da Administração, desde que o preço registrado permaneça compatível com os preços praticados no mercado.



42. Rafael é titular do cargo público efetivo de pesquisador científico no Museu de Ciências Naturais do Estado, situado na Capital do Estado, com jornada diária de 6 horas, a partir das 9 horas da manhã. Recentemente, foi aprovado em concurso público para o cargo de professor de biologia na rede municipal de ensino da Capital, para assunção de classes no período noturno. Em vista de tal situação, Rafael
- (A) pode exercer ambos os cargos, visto que há compatibilidade de horários e são cargos acumuláveis, segundo a Constituição Federal.
 - (B) não poderá tomar posse no cargo de professor, pois o regime constitucional da profissão docente exige dedicação exclusiva.
 - (C) pode exercer ambos os cargos, pois são cargos de níveis federativos distintos, o que afasta a regra da Constituição Federal que limita a acumulação.
 - (D) pode exercer ambos os cargos, mas deverá optar pela remuneração de um deles, pois a Constituição Federal não admite que haja remuneração acumulada pelo exercício de dois cargos públicos.
 - (E) deverá se licenciar do cargo de pesquisador científico, caso queira tomar posse do cargo de professor, pois a Constituição Federal apenas admite a cumulação de dois cargos de professor.

Noções de Direito Constitucional

43. Em conformidade com a disciplina dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988, é necessária prévia decisão judicial para
- (A) entrada na casa do indivíduo, sem consentimento do morador, durante o dia, em caso de flagrante delito.
 - (B) uso de propriedade particular, pela autoridade competente, em caso de iminente perigo público.
 - (C) estabelecimento de qualificações profissionais como condição para o exercício de trabalho, ofício ou profissão.
 - (D) realização de reunião pacífica, em local aberto ao público, quando anteriormente convocada outra para o mesmo local.
 - (E) suspensão das atividades de associação ou sua dissolução compulsória, exigido o trânsito em julgado no último caso.
-
44. A Constituição Federal assegura à categoria dos trabalhadores domésticos, atendidas as condições estabelecidas em lei, entre outros o direito a
- (A) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
 - (B) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
 - (C) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos.
 - (D) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
 - (E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
-
45. Filho de brasileiros nascido em país estrangeiro, no qual sua mãe estava a serviço da República Federativa do Brasil, atualmente com 25 anos de idade completos e residente desde os 9 anos em território brasileiro, sem condenação penal, pretende candidatar-se a Deputado Federal. De acordo com a Constituição Federal de 1988,
- (A) não poderá candidatar-se, por se tratar de cargo privativo de brasileiro nato, condição que não preenche.
 - (B) poderá candidatar-se, desde que requeira a nacionalidade brasileira, preenchendo os requisitos para se tornar brasileiro naturalizado.
 - (C) poderá candidatar-se, embora não possa vir a ser Presidente da Câmara dos Deputados, por não ser brasileiro nato.
 - (D) poderá candidatar-se, bem como vir a ser Presidente da Câmara dos Deputados, por se tratar de brasileiro nato.
 - (E) não poderá candidatar-se, por não ser brasileiro nato, nem reunir condições para se tornar brasileiro naturalizado.
-
46. Prefeito de determinado município pretende dar cumprimento a item constante do programa de governo pelo qual se elegeu, relativo à descentralização na execução de determinados serviços de competência municipal, por meio da criação de uma autarquia. À luz da Constituição Federal de 1988,
- (A) o Prefeito poderá criar a autarquia, por ato próprio, independentemente de autorização legislativa.
 - (B) a instituição da autarquia por ato do Prefeito deverá ser autorizada por lei, cabendo previamente à lei complementar definir a área de sua atuação.
 - (C) o Prefeito poderá criar a autarquia por ato próprio, independentemente de autorização legislativa, desde que lei complementar defina a área de sua atuação.
 - (D) o Prefeito não poderá criar a autarquia, nem ser autorizado por lei a tanto, pois Municípios não podem criar autarquias.
 - (E) a autarquia somente poderá ser criada por lei específica.



47. Ao dispor sobre os órgãos do Poder Legislativo na esfera federal, a Constituição Federal de 1988 atribui competência
- (A) ao Congresso Nacional para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.
 - (B) à Câmara dos Deputados para julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.
 - (C) à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para eleger membros do Conselho da República.
 - (D) ao Congresso Nacional para autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
 - (E) ao Senado Federal para escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
-
48. Projeto de lei ordinária, de iniciativa popular, dispondo sobre a criação de cargos na Administração direta federal, é aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em ambos por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros respectivos. Encaminhado à apreciação do Presidente da República, este decide vetá-lo, por motivo de inconstitucionalidade, no prazo de 15 dias úteis contados de seu recebimento. Considerados esses elementos à luz das regras do processo legislativo na Constituição Federal, o veto do Presidente da República está
- (A) correto, pois o projeto deveria ter sido aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - (B) correto, pois o projeto versa sobre matéria de lei de iniciativa privativa do Presidente da República.
 - (C) incorreto, pois já teria decorrido o prazo estabelecido na Constituição para a sua oposição, importando sanção.
 - (D) incorreto, por não haver inconstitucionalidades no trâmite do projeto de lei.
 - (E) incorreto, porque projeto de lei de iniciativa popular não se submete à sanção ou ao veto presidencial.
-
49. De acordo com as normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988 acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União,
- (A) ao tomar conhecimento de ilegalidade, qualquer cidadão é parte legítima para denunciá-la ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (B) compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, se verificada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (C) sujeita-se à prestação de contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que, em nome da União, assuma obrigações de natureza pecuniária.
 - (D) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle externo, visando apoiar o controle interno exercido pelo Tribunal de Contas da União.
 - (E) compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão, na administração direta e indireta.
-
50. Em matéria de responsabilidade do chefe do Poder Executivo federal, a Constituição Federal de 1988 estabelece que
- (A) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
 - (B) o Presidente da República ficará suspenso do exercício de suas funções, nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (C) enquanto não sobrevier sentença condenatória, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.
 - (D) os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária são infrações penais comuns, sujeitas a normas de processo e julgamento definidas em lei especial.
 - (E) o julgamento do Presidente da República por infrações penais comuns deve estar concluído no prazo de 180 dias, sob pena de encerramento do processo sem resolução de mérito.
-
51. Ao dispor sobre os órgãos do Poder Judiciário e as competências dos tribunais, a Constituição Federal de 1988 estabelece que
- (A) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
 - (B) compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal a criação ou extinção dos tribunais inferiores.
 - (C) os Tribunais Regionais Federais e juízes federais são órgãos do Poder Judiciário e têm sede na Capital Federal.
 - (D) compete privativamente aos tribunais prover, obedecida a forma que prescreve, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.
 - (E) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios nos crimes comuns e de responsabilidade.



52. Ao indivíduo que pretenda obter acesso a informações relativas a si próprio, constantes de bancos de dados de entidades de caráter público, caberá valer-se, em juízo, de
- (A) mandado de segurança, gratuitamente, ainda que não seja reconhecidamente pobre, na forma da lei.
 - (B) *habeas data*, gratuitamente, ainda que não seja reconhecidamente pobre, na forma da lei.
 - (C) mandado de injunção, não lhe sendo assegurada, contudo, gratuidade.
 - (D) mandado de segurança, assegurada gratuidade desde que seja reconhecidamente pobre, na forma da lei.
 - (E) *habeas data*, assegurada gratuidade desde que seja reconhecidamente pobre, na forma da lei.

Noções de Direito Processual Civil

53. Segundo as normas fundamentais do processo civil,
- (A) não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo vedada a arbitragem.
 - (B) a solução consensual dos conflitos se insere no âmbito da liberdade individual, não cabendo ao Estado promovê-la.
 - (C) não se proferirá, em nenhuma hipótese, decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
 - (D) o juiz não pode decidir com base em fundamento sobre o qual não tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, mesmo quanto a matéria que possa conhecer de ofício.
 - (E) os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

-
54. Acerca dos prazos, segundo o Código de Processo Civil, analise as seguintes proposições:

- I. Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração ao número de partes no processo.
- II. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- III. Os prazos processuais fixados pela lei serão contados em dias corridos.
- IV. O juiz pode reduzir prazos peremptórios desde que haja anuência das partes.
- V. Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

Noções de Direito Processual Penal

55. Sobre a prisão em flagrante é correto afirmar que
- (A) toda pessoa do povo tem o dever legal de prender quem esteja em flagrante delito.
 - (B) em caso de crime hediondo a comunicação da prisão em flagrante à família do preso pode ser proibida pelo Delegado de Polícia.
 - (C) pode ser relaxada se estiver em conformidade com as formalidades legais e o fato constituir crime.
 - (D) a ausência de testemunhas do crime impede a elaboração do auto de prisão em flagrante.
 - (E) é considerado em flagrante delito não só aquele que está cometendo a infração penal como aquele que acaba de cometê-la.
-
56. Sobre a ação penal privada é correto afirmar que
- (A) será promovida por denúncia do Ministério Público ou por requisição do Ministro da Justiça.
 - (B) seu exercício depende de representação do Ministério Público e aceitação da vítima.
 - (C) pode ser intentada tanto pelo ofendido quanto por quem tenha qualidade para representá-lo.
 - (D) deve ser proposta no prazo de trinta dias da descoberta do crime pelo ofendido.
 - (E) pode ser exercida por qualquer pessoa que saiba do crime e independe da vontade do ofendido.

**Noções de Direito Previdenciário**

57. A empresa X Auto Peças Ltda., na condição de empregador possuindo dez empregados, financia a seguridade social, nos termos da legislação vigente, sobre a folha de salários
- (A) e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
 - (B) e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, somente com vínculo empregatício.
 - (C) somente pagos ou creditados, sendo que os demais rendimentos do trabalho, a qualquer título, não servem como base de contribuição, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
 - (D) somente pagos ou creditados, sendo que os demais rendimentos do trabalho, a qualquer título, não servem como base de contribuição, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, mas na base de 25%, uma vez que possui menos de 15 empregados.
 - (E) e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, mas pela metade, uma vez que possui menos do que quinze empregados.
-
58. Dona Flor, com 62 anos de idade, é professora primária de uma Escola de Educação Infantil que fica em Fortaleza, e possui 28 anos de contribuição para o regime geral da Previdência Social. Nos termos da legislação vigente, a trabalhadora
- (A) ainda não implementou os requisitos legais para se aposentar, pois deve contribuir por 30 anos para o regime geral da Previdência Social.
 - (B) já implementou os requisitos legais para se aposentar, uma vez que é professora, quando o tempo de contribuição fica reduzido em cinco anos em relação ao regime geral.
 - (C) já implementou os requisitos legais para se aposentar, uma vez que é professora de educação infantil, sendo que somente para esta categoria o tempo de contribuição fica reduzido em dois anos.
 - (D) ainda não implementou os requisitos legais para se aposentar, pois, para tanto, deve contar com 65 anos de idade para aposentadoria.
 - (E) deverá pagar um pedágio, já tendo completado o tempo de contribuição, que é de 25 anos, mas deve contar com 65 anos de idade para se aposentar.

Noções de Direito Tributário

59. Ao se referir às limitações do poder de tributar, a Constituição Federal veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros. Sobre esta "imunidade recíproca", analise as frases:
- I. A imunidade recíproca é extensiva às entidades da Administração Indireta dos referidos entes federados, ou seja, às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - II. A Constituição estende a referida imunidade aos demais tributos, assim como às taxas e à contribuição de melhoria.
 - III. A imunidade recíproca não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
 - IV. Embora a imunidade recíproca se refira aos impostos sobre o patrimônio, o promitente comprador não fica exonerado de pagar imposto relativamente ao bem imóvel adquirido de um ente federado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) III e IV.

60. De acordo com as normas em vigor da Constituição Federal de 1988, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza
- (A) não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho.
 - (B) será fiscalizado e cobrado pelos Municípios, de todos os seus municípios, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
 - (C) terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do referido imposto, na forma da lei.
 - (D) observará o princípio da anterioridade anual, mas não precisa respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal (noventa).
 - (E) poderá ter suas alíquotas alteradas, através de decreto do Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos por lei.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado Capítulo 9. 9.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 9.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – **Conteúdo**, 9.4.2 – **Estrutura** e 9.4.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.8 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Durante a Idade Média, pode-se dizer que os jornais e o jornalismo tiveram o seu maior salto tecnológico: a prensa de papel inventada pelo alemão Johannes Gutenberg possibilitou que o trabalho que antes era realizado manualmente pudesse ser feito por máquinas, tornando a publicação de livros e de jornais muito mais ampla e rápida. A revolução na época foi tão grande que alguns autores afirmam que a prensa de papel de Gutenberg tirou o mundo de vez da Idade Média, com o despertar definitivo da ciência e do jornalismo profissional.

(Disponível em: <https://www.guiadacarreira>)

Jornal, longe

*Que faremos destes jornais, com telegramas, notícias,
anúncios, fotografias, opiniões...?*

*Caem as folhas secas sobre os longos relatos de guerra:
e o sol empalidece suas letras infinitas.*

*Que faremos destes jornais, longe do mundo e dos homens?
Este recado de loucura perde o sentido entre a terra e o céu.*

[...]

*Aqui, toda a vizinhança proclama convicta:
"Os jornais servem para fazer embrulhos".*

E é uma das raras vezes em que todos estão de acordo.

(MEIRELES, Cecília. *Jornal, longe*. In: **Mar absoluto e outros poemas**. São Paulo: Global, 2019)

A partir dos trechos acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Jornalismo: tradição e modernidade.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

BRASCUINHO